



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

PROCESSO Nº: 00600-00007247/2023-83e
ORIGEM: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
ASSUNTO: Admissão de pessoal
EMENTA: Análise de admissões no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na graduação de Soldado, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 41, publicado no DODF de 12/12/2012. Unidade Técnica sugere o conhecimento das fichas admissionais, da inclusão e do posterior licenciamento de um servidor, o registro tácito de uma inclusão, a regularidade dos demais e diligência à jurisdicionada. Aquiescência ministerial. Voto convergente.

Cuidam os autos do exame de admissões no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na graduação de Soldado, nos termos postos na ementa.

Na análise de sua alçada, a Unidade Técnica, faz as seguintes considerações (peça 2):

Tratam os autos do exame de legalidade de inclusões no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na graduação de Soldado, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 41/2012, publicado no DODF de 12/12/2012.

2. O TCDF acompanhou o citado certame nos autos do Processo nº 30.046/2012.

3. Verificamos que as convocações ocorreram dentro do prazo de validade do concurso e que a ordem de classificação foi observada, sendo necessárias as seguintes considerações.

4. Quanto a Hugo Eduardo Teixeira Reis Filho, que foi licenciado das fileiras da Corporação em 08/04/2014, conforme informação constante da sua ficha admissional do SIRAC, sugerimos ao Tribunal tomar conhecimento da inclusão e do desligamento do referido ex-militar.

5. Em consulta ao SIRAC, constatamos que as demais inclusões analisadas nos presentes autos estão, em princípio, tacitamente registradas, em decorrência do tempo (mais de cinco anos e menos de dez anos) que se encontram no Tribunal para análise, consoante o item II, alíneas “a” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021.

6. Releva informar que apesar das inclusões de Alessandro Alves Cardoso Maciel, Bernardo Torres Frossard de Almeida, Eliabe Ferreira Alves, Marcelo Ramos dos Santos, Raul Correia Araújo, Victor Prado Pinto de Miranda, Vinicius Magalhães Mansur e Viviane de Souza Ramos, estarem, em princípio, tacitamente registradas,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

considerando que decorreram de decisões judiciais a eles favoráveis, já transitadas em julgado, conforme informações registradas no SIRAC (ratificadas mediante consulta aos sítios eletrônicos do TJDF, STJ e STF), sugerimos ao Tribunal considerá-las regulares.

7. No tocante a Marcelo Nogueira Chiarini, sua inclusão também decorreu de decisão judicial a ele favorável, transitada em julgado, conforme informação constante da sua ficha admissional do SIRAC e, também, ratificada por esta Unidade Técnica (o candidato havia sido considerado inapto na fase de avaliação psicológica do certame). No entanto, em consulta à ficha admissional do militar em comento, averiguamos que o requisito etário máximo, previsto no subitem 3.2, “c”, do edital normativo, a princípio, não foi atendido, uma vez que o candidato (nascido em 17/12/1980) já havia completado 32 anos no final do período de inscrição.

8. Quanto ao tema em discussão, cabe informar que esta Corte, mediante a Decisão nº 2.001/2016, proferida no Processo nº 37.877/2015, que tratou de estudos especiais acerca das possibilidades de interpretação da legislação que cuida do momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas Corporações do Distrito Federal (CBMDF e PMDF), assim se manifestou:

“I. tomar conhecimento dos estudos especiais levados a efeito pela SEFIPE (e DOC 349939C3-e), dando por cumprido o item II da Decisão n.º 5.690/2015, proferida no Processo TCDF nº 33987/2015-e; II. firmar entendimento de que a comprovação do requisito etário, estabelecido nos arts. 11 das Leis n.º(s) 7.479/1986 (CBMDF) e 7.289/1984 (PMDf), deve ocorrer no momento da inscrição no concurso público; III. dar conhecimento desta decisão ao Governador do Distrito Federal, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal; IV. autorizar o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator.” (grifo nosso)

9. Pois bem. Percebe-se que o entendimento do Tribunal não socorre ao interessado, tendo em conta que o próprio edital do certame já havia especificado o momento da aferição do requisito etário máximo como sendo o final do período de inscrições no concurso público.

10. Assim, apesar da inclusão do militar em comento estar, em princípio, tacitamente registrada, tendo em conta o item II, alíneas “a” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021, faz-se necessário diligenciar à PMDF para que apresente os devidos esclarecimentos quanto à mencionada inclusão, uma vez que, a princípio, o candidato não teria preenchido o referido requisito editalício, cuja previsão encontra respaldo no artigo 11, § 1º, da Lei nº 7.289/1984 (Estatuto dos Policiais Militares da PMDF). Ademais, a Corporação deverá notificar o interessado para, caso queira, apresentar defesa quanto ao fato em discussão, sob pena de o Tribunal considerar ilegal a sua permanência nas fileiras da Corporação.

Nessa mesma linha é o entendimento ministerial esposado no Parecer n.º 666/2023-G3P (peça 4).

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

VOTO

Por considerar pertinentes as manifestações uníssonas dos órgãos técnico e ministerial, as quais adoto como razões de decidir, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) das fichas admissionais juntadas ao presente processo;
- b) da inclusão de **Hugo Eduardo Teixeira Reis Filho** no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na graduação de Soldado, decorrente de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 41, publicado no DODF de 12/12/2012, e do posterior licenciamento do ex-militar;

II. **considere tacitamente registrada**, consoante o Tema de Repercussão Geral nº 445 do STF, bem como o item II, alíneas “a” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021, a seguinte inclusão no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na graduação de Soldado, decorrente de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 41, publicado no DODF de 12/12/2012:

Soldado Policial Militar Combatente: Marcelo Nogueira Chiarini, Data de Ingresso no TCDF: 19/07/2017 - 5 ano(s), 10 mês(es) e 6 dia(s);

III. **considere regulares** as seguintes inclusões no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na graduação de Soldado, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 41, publicado no DODF de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

12/12/2012, por guardarem conformidade com as decisões judiciais que lhes deram causa, já transitadas em julgado:

Soldado Policial Militar Combatente: Alessandro Alves Cardoso Maciel, Bernardo Torres Frossard de Almeida, Eliabe Ferreira Alves, Marcelo Ramos dos Santos, Raul Correia Araújo, Victor Prado Pinto de Miranda, Vinicius Magalhães Mansur, Viviane de Souza Ramos;

IV. tendo em conta o item II, alíneas “a” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021, determine à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, relativamente ao concurso público para ingresso no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na graduação de Soldado, regulado pelo Edital nº 41, publicado no DODF de 12/12/2012:

a) apresente os devidos esclarecimentos quanto à inclusão de **Marcelo Nogueira Chiarini**, tendo em conta que, a princípio, o candidato não teria preenchido o requisito etário máximo (subitem 3.2, “c”, do edital normativo) no momento da aferição (último dia de inscrição no concurso público), cuja previsão encontra respaldo no artigo 11, § 1º, da Lei 7.289/1984 (Estatuto dos Policiais Militares da PMDF);

b) notifique o interessado mencionado no item anterior para, no mesmo prazo, caso queira, apresentar defesa perante esta Corte, quanto à referida situação, em homenagem aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **sob pena de o Tribunal considerar ilegal a sua permanência nas fileiras da Corporação;**

V. autorize o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.

Brasília, em 12 de julho de 2023.

MANOEL DE ANDRADE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Relator